



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682441 - SP (2021/0233006-4)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : IGOR SILVA FELIX  
**ADVOGADO** : IGOR SILVA FELIX - BA026662  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ANTONIO ALCANTARA VILASBOAS FILHO (PRESO)  
**CORRÉU** : GILSON PIRES GOMES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTONIO ALCANTARA VILASBOAS FILHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Embargos de Declaração nº 0001204-45.2017.8.26.0338/50000 ).

O paciente foi condenado pela prática de associação para o tráfico, crime previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/2006.

Interposta apelação, o recurso não foi provido. Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

O impetrante sustenta a ocorrência de nulidade no julgamento dos aclaratórios, pois não teria havido a intimação do advogado do paciente do acórdão prolatado.

Afirma que "*Ao abrir os autos da ação penal nº 0001204-45.2017.8.26.0338, este advogado foi surpreendido com o fato dos embargos de declaração ter sido julgado desde o dia 11 de maio de 2021, pois, embora substabelecimento coligido aos autos desde o dia 17 de março de 2021, à fl. 481, a colenda 6ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, além de não cadastrar este peticionário como advogado de ANTÔNIO ALCÂNTARA VILASBOAS FILHO, ignorando os poderes a este outorgados, igualmente, não intimou este Impetrante do v. acórdão prolatado nos Embargos de Declaração.*" (e-STJ fl. 11).

Requer, liminarmente e no mérito, a determinação para que a 6ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proceda ao cadastramento do ora Impetrante como advogado de Antônio Alcântara Vilas boas Filho nos autos da Apelação criminal nº 0001204-45.2017.8.26.0338, bem como que seja determinada a republicação da intimação do v. Acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência